



GRUPO PARLAMENTAR

Assembleia da República Gabinete do Presidente
N.º do Enquadro 6855
Classificação: 05.02.03
19/12/01

SEAR 0. VII, 19 0.00

MENCIONE-SE, PUBLIQUE-SE  
E EXPEÇA-SE

2001.12.19  
C. de L. S.

Exmo. Senhor  
Presidente da Assembleia da  
República

REQUERIMENTO N.º 426/VIII (3.a) - AC

ASSUNTO: Recuperação ambiental de áreas mineiras desactivadas

A situação em que se encontra a generalidade das minas abandonadas no País carece da maior atenção. Trata-se de uma questão que coloca sérios riscos para a Saúde Pública e problemas ambientais, não só ao nível dos impactes paisagísticos como dos ecossistemas afectados, de um modo diverso, em função das características inerentes à fonte poluidora e do tipo de exploração existente anteriormente.

Casos como o do complexo da Urgeiriça, na Guarda, onde a ENU explorou e tratou urânio durante décadas e onde, por isso mesmo, hoje ocorrem quantidades apreciáveis de resíduos com risco de contaminação de solos e de águas, os quais se estendem também aos distritos de Coimbra e de Viseu; Ou como o das minas de Argozelo, antigas minas de volfrâmio e de estanho, no concelho de Vimioso, em Trás-os-Montes, onde, junto à antiga exploração e ao acesso de todos, se encontram resíduos tóxicos e máquinas, sem qualquer aviso sequer; Ou das antigas minas de chumbo abandonadas de Terramonte, em Castelo de Paiva, encerradas nos anos 50 e que drenam escorrências de águas contaminadas com resíduos da exploração para as captações de Lever, no rio Douro, bem como para uma praia fluvial próxima; Ou, ainda, das minas do Pejão - anteriormente exploradas pela Empresa Carbonífera do Douro, do grupo estatal EDM - onde se a água deixar de ser bombeada e se produzirem infiltrações nos lençóis freáticos por acção das chuvas, ricas em oxigénio, se produzirá ácido sulfúrico a partir do contacto com as pirites, à base de enxofre, existentes no

M. M. M.  
20. DEZ 2001  
f. J. M.

interior das minas abandonadas - Todos estes casos ilustram a relevância e a urgência de medidas tendentes a eliminar os perigos que representam para a Saúde Pública e o Ambiente.

Neste contexto, os ministros da Economia e do Ambiente anunciaram em 3-2-2001 a disponibilização de uma verba de 10 milhões de contos - através do Programa Operacional da Economia e a ser operada pela EXAMIN - Companhia de Indústria e Serviços Mineiros e Ambientais, S.A., detida pela EDM - para a requalificação ambiental das áreas mineiras abandonadas dos distritos da Guarda, Vila Real e Viseu. Todavia, estima-se que este montante disponibilizado seja insuficiente para acorrer às mais de 80 áreas mineiras desactivadas no País e que representam uma séria ameaça para a Saúde Pública.

Nestes termos,

Vem o Deputado abaixo assinado ora requerer ao Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, ao abrigo das disposições aplicáveis da Constituição da República Portuguesa e do Regimento da Assembleia da República, a prestação de informação concreta e detalhada sobre:

- a) O conteúdo e extensão do programa aprovado pelo Governo para a aludida requalificação ambiental das referidas áreas mineiras abandonadas;
- b) Quais as medidas concretas já tomadas por esse departamento governamental para fazer face às graves situações descritas?
- c) Qual, com rigor, o montante investido pelo Governo nestas acções?
- d) Quais os resultados objectivos dos diagnósticos iniciais destas situações levados a cabo pelo Governo, em termos designadamente da poluição/contaminação dos solos, da água e do ar?



GRUPO PARLAMENTAR

- e) Quais os riscos e as consequências identificadas pelo Governo ao nível da contaminação da cadeia alimentar?

Palácio de São Bento, 18 de Dezembro de 2001

O Deputado

(José Eduardo Martins)